

A abordagem dos textos medievais (Reflexões sobre alguns fragmentos das *Partidas* de Afonso X)

CLARINDA DE AZEVEDO MAIA
(Universidade de Coimbra)

Depois de no século XX os estudos de linguística histórica terem abrangido de forma exclusiva toda a investigação linguística, a tal ponto que, segundo o porta-voz da escola neogramática, Hermann Paul, o único caminho ortodoxo em linguística era o histórico, a linguística diacrónica é relegada, numa fase posterior, para a periferia dos estudos linguísticos. O predomínio da linguística sincrónico-descritiva de raiz estruturalista ameaçou o desenvolvimento e o cultivo dos estudos de diacronia linguística. Conforme ainda recentemente salientava Yakov Malkiel, no «II Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española» (Malkiel, 1992, 216), não obstante os esforços feitos por vários estudiosos da linguística geral e da linguística indo-europeia – nomeadamente alguns representantes da Escola de Praga, ou Benveniste e Martinet – que tentaram estabelecer a conexão entre a visão descritiva e a análise histórico-linguística, o equilíbrio não foi restabelecido. E, no caso concreto da história da língua portuguesa, não se concretizaram algumas das virtualidades que essa articulação permite. Recorde-se, a propósito, que muito há a fazer no domínio a diacronia da língua, quer se trate de estudos de carácter diacrónico-descritivo ou diacrónico-explicativo¹. Carecemos para o português de estudos de conjunto de fonologia, de morfologia, de sintaxe e de semântica históricas que, segundo os dois pontos de vista referidos, poderão dar frutos valiosos.

Assiste-se, porém, nos últimos decénios, à recuperação de novo impulso por parte da Linguística histórica que volta a estar no centro dos estudos linguísticos: para essa renovação muito contribuíram os seguintes factos: em primeiro lugar, o regresso à reflexão teórica sobre o fenómeno da mudança idiomática, reflexão que constitui o gonzo em volta do qual gira toda a investigação histórico-linguística; por outro lado, o aprofundamento da reflexão sobre as questões teóricas relativas à chamada “língua escrita” assim como sobre as complexas

relações (em que estão implicados vários aspectos) entre o “oral” e o “escrito”, problemática crucial para o historiador da língua que, em relação ao período medieval, tem que desenvolver o seu estudo exclusivamente com base na documentação escrita; e, finalmente, a integração, na Linguística histórica, de uma nova concepção de língua, entendida como instrumento de comunicação indissoluvelmente unido à sociedade que o utiliza e, portanto, sujeito à variação, de acordo com a actuação de factores linguísticos (contexto, função, etc.) e extralinguísticos (a idade, o nível sócio-cultural dos falantes, etc.). A aceitação de que «as línguas são “variação” (embora não apenas “variação”)» apoia-se num novo modo de encarar a língua, o qual, embora não sendo novo ou exclusivo da sociolinguística, foi por esta disciplina difundido e valorizado (Moreno Fernández, 1994, 110-111). A novidade reside sobretudo em afirmar que o carácter heterogéneo da realidade linguística não é ocasional ou fortuito: essa heterogeneidade comporta uma estrutura e uma ordem internas, é inerente à própria língua, devendo, portanto, esta ser encarada, tanto sob o ponto de vista sincrónico como diacrónico, como uma «orderly heterogeneity» (Weinreich, Labov e Herzog, 1975, 100).

Já em trabalho anteriormente publicado salientámos as relações de implicação entre a variação e a mudança linguística e evidenciámos que a variação é o reflexo do dinamismo temporal da linguagem (Maia, 1995, 17-18). Neste momento, pretendemos apenas realçar a especial pertinência deste modo de encarar a língua para o estudo do período medieval, caracterizado por acentuada variabilidade linguística, podemos mesmo dizer por uma enorme riqueza de variantes. As descrições sincrónicas – mesmo as que correspondem a fases pretéritas da língua – abstraem (ou, mesmo, esquecem) a dimensão da heterogeneidade, concentrando-se no estabelecimento de estruturas idiomáticas regulares. E, ao limitarem-se à ordenação dos sistemas sucessivos (considerados homogéneos e estáticos) em linha diacrónica, revelam-se totalmente ineficazes para explicar e permitir compreender o processo real da mudança linguística. E relativamente ao período medieval, caracterizado por uma extraordinária riqueza de variantes concorrentes que os textos escritos subsistentes em boa parte reflectem, o estudo da dimensão da diversidade é fundamental para a compreensão do devir histórico da língua durante o lapso de tempo que medeia entre os últimos anos do século XII e meados do século XVI. Tenhamos presente, para compreendermos a grande variabilidade da língua escrita desse período, que ela viveu à margem da actuação dos gramáticos e do ensino escolar, uma vez que, durante toda a Idade Média, o latim é a língua da escola, surgindo também as primeiras gramáticas do português a partir do século XVI. Desse modo, a relação entre a língua escrita da Idade Média e a língua oral é diferente da que caracteriza outras fases da trajectória histórica do português. São também de meados do século XVI as primeiras propostas de fixação ortográfica da língua, o que permite compreender por que motivo, durante esse período se deve fazer referência a grafia ou grafias, a sistemas gráficos, mas não a “ortografia”. Variabilidade linguística e variabilidade gráfica são, pois, características essenciais do português arcaico escrito.

Não obstante todo o texto escrito representar sempre «unha redución idealizadora e uniformizadora da fala viva do seu tempo» (Mariño Paz, 1994, 11), através da análise do “corpus” medieval é possível captar e analisar não só a diversidade diacrónica do português durante essa fase histórica, como também, em íntima articulação com a dimensão temporal, é possível investigar e descrever a diversidade diatópica e a diversidade diafásica ou contextual (incluindo a sua dimensão social).

Vem a propósito recordar as afirmações feitas há alguns anos pelo grande linguista brasileiro Celso Cunha, a propósito da necessidade de renovação dos estudos de crítica textual:

Justo é, pois, que se introduzam na crítica textual de nossos dias certos enfoques da linguística contemporânea, como a teoria da variação, os conceitos de norma, de níveis de língua, de registo, de diassistema, de geovariantes, de cronovariantes e outros mais. A aplicação desses conceitos e da metodologia que eles pressupõem nos auxiliaria a diminuir o campo do *ignoramus* em nossa disciplina e a melhor resolver alguns dos intrincados problemas que nos oferecem os textos. (Cunha, 1985, 88-89).

Parafraseando estas afirmações, poderemos salientar a necessidade de a linguística histórica, para se renovar, integrar novas perspectivas e novos conceitos teóricos e metodológicos da linguística contemporânea, nomeadamente a teoria da variação.

É os estudos diacrónicos sobre o português medieval carecem mesmo dessa integração. Cumpre evidenciar que, pela sua própria natureza e constituição, o “corpus” medieval propicia esse tipo de estudo, já que, conforme bem salientou Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989, 16), ele tem «um carácter necessariamente diversificado, já que atravessa séculos, se estende por amplo território e provém de emissores de natureza as mais distintas e, na maior parte das vezes, desconhecidos». Às afirmações da professora brasileira acrescentaríamos apenas que, além disso, o “corpus” medieval subsistente se manifesta em diferentes géneros (ou tipos) textuais e abrange textos escritos correspondentes a distintos registos.

No que se refere a estes últimos aspectos, as tipologias/classificações de textos medievais permitem-nos estabelecer diferentes categorias: textos poéticos; textos em prosa não literária; textos em prosa literária traduzida e textos em prosa literária não-traduzida. A prosa não-literária, de extrema importância para o conhecimento da língua da época, abrange os seguintes tipos: “cartas” privadas, “cartas” régias, leis locais (forais ou foros breves e foros ou costumes) e leis gerais. Como principais categorias de textos da chamada prosa literária podem mencionar-se os seguintes: textos de ficção, textos históricos e textos pragmáticos (Maia, 1995, 22; Cintra, 1963a, 174; Mattos e Silva, 1989, 28-35).

Conviria explorar toda esta documentação com o fim de estabelecer a cronologia de fenómenos singulares de mudança linguística que possam ser considerados parâmetros essenciais dessa fase evolutiva da língua, isto é, fenómenos que se desenrolaram durante essa etapa histórica. Considerando que a mudança linguística é um fenómeno extraordinariamente complexo, a cronologia a estabelecer deve reflectir essa complexidade: uma cronologia linear, unidi-

mensional, que se limite a um mero registo no tempo de mudanças já ocorridas, à semelhança do que se fazia na gramática histórica de feição neogramática, onde apenas havia lugar para substituições de formas no tempo (Coseriu, 1978, 243 e 259), carece de interesse para os fins em vista; ela deve articular o dinamismo temporal da língua com a variação diatópica e a variação contextual e dar conta, para cada fenómeno, das primeiras manifestações da inovação linguística, da sua difusão e conseqüente coexistência com a(s) forma(s) antiga(s) (Coseriu, 1978, 242) até a sua generalização completa nos textos escritos, pelo menos nos que correspondem a determinados tipos e estilos textuais.

Essas análises dos textos escritos da Idade Média devem ser efectuadas com métodos quantitativos que têm a vantagem de permitir formular explicações baseadas na distribuição das formas em cada momento do percurso histórico da língua.

Das mudanças que se desenvolveram e generalizaram durante o período medieval seleccionámos como particularmente relevantes algumas que pertencem ao chamado *núcleo* da língua, ou seja, aspectos de natureza fonológico-fonética e morfo-sintáctica (ou morfológicos e sintácticos, embora se deva reconhecer que, devido à escassíssima tradição dos estudos de sintaxe histórica do português, não é possível operar com a mesma segurança na escolha dos fenómenos de mudança sintáctica realizados durante essa fase evolutiva do português).

Das mudanças de carácter fónico que se realizaram durante essa fase da história da língua portuguesa e que se reflectem na grafia dos textos medievais consideramos as seguintes² :

1. a eliminação dos hiatos resultantes da síncope de algumas consoantes intervocálicas, através dos seguintes processos fónicos, que se reflectem, com diferente grau de transparência, na grafia dos manuscritos medievais, não sendo, além disso, todos eles cronologicamente simultâneos: a) a crase; b) o desenvolvimento de uma semivogal anti-hiática c) e a epêntese de uma consoante nasal palatal;
2. a fusão no ditongo -ão das três terminações nasais inicialmente distintas, -ã-o, -an e -on de alguns substantivos continuadores de substantivos latinos da terceira declinação e de algumas formas verbais da terceira pessoa do plural;
3. a simplificação do sistema de quatro fonemas sibilantes (com procedências históricas distintas) – dois inicialmente africados pré-dorsais /ʃ/ e /ʒ/, depois transformados em fricativos /s/ e /z/, e dois fricativos ápico-alveolares /ʃ/ e /z/ – num sistema de dois fonemas sibilantes pré-dorsais /s/ e /z/;
4. a evolução das sequências vocálicas que se constituíram nas formas de plural de substantivos e adjectivos terminados no singular em -l;
5. a síncope de -d- no morfema número-pessoal da segunda pessoa do plural -des / -de, continuador do morfema latino -TIS / -TE. Essa síncope facultou a criação de formas com terminações hiáticas que, por seu lado, sofreram mudanças fonéticas como a assimilação vocálica (cf. *partíades* → *partíaes* → *partíees* → *partíeis*), a crase (*ouviredes* → *ouvirees* → *ouvirês*) e a ditongação (*fare-des* → *farees* → *fareis*; *ouviredes* → *ouvirees* → *ouvireis*).

Como mudanças de carácter morfológico que se desenvolveram e difundiram durante o período arcaico evidenciaremos as seguintes:

1. a substituição, nos verbos regulares da segunda conjugação, de participípios passados com vogal temática *u* + morfema modo-temporal *-do* (cf., a título de exemplo, *creudo*, *teudo*, *avudo*, etc.) por formas participiais com vogal temática *i* (cf. *crído*, *tído*, *havido*, etc.);

2. a eliminação da variação do lexema que, nalguns verbos, distinguia a primeira pessoa do presente do indicativo e todas as pessoas do presente do conjuntivo do lexema de todas as restantes formas dos outros tempos do perfeito e do não-perfeito. A eliminação dessa situação de variação traduz-se na regularização dos paradigmas verbais. Entre os verbos que sofreram essa mudança (que é de tipo analógico) se incluem: a) verbos que historicamente representam verbos latinos cujo lexema terminava no sufixo derivacional incoativo *-scere*; b) verbos cujo lexema da primeira pessoa do presente do indicativo e de todas as pessoas do presente do conjuntivo, em virtude da palatalização do grupo formado pela consoante final do lexema latino seguida de vogal anterior (cf. *audio* → *ouço*; *perdeo* → (lat. coloq. tardio) *perdio* → *perço*; *petio* → *peço*), termina em sibilante;

3. a biformização, quanto ao género, de nomes terminados em *-or*, *-ol* e *-ês*;

4. a eliminação das formas átonas dos pronomes possessivos que se usavam antepostas ao substantivo e a generalização, em qualquer posição dentro do sintagma, das chamadas formas tónicas.

Outros sectores da morfologia ou, ainda, alguns fenómenos de carácter morfo-sintáctico terão, provavelmente, relevância para os fins em vista. Neste último domínio parecem ser representativos os aspectos relativos à forma e posição na frase dos pronomes clíticos. Um outro traço essencial da trajectória interna da língua ao longo deste período é a história dos binómios *ter / haver* e *ser / estar*, no que se refere aos aspectos semânticos e sintácticos que afectam os dois termos de cada um dos pares. A alteração da significação dos dois primeiros verbos tem que ser analisada em relação com os aspectos sintácticos da auxiliabilidade e da concordância do participípio passado com o complemento directo. No segundo caso, importa analisar os usos de *ser* e *estar* como indicadores de situação e descrever as alterações sofridas entre o século XIII e meados do século XVI no que se refere à repartição de usos entre os dois verbos.

O estudo da cronologia de algumas destas mudanças que, na perspectiva antes delineada, está a ser empreendido na Faculdade de Letras de Coimbra, no Seminário de «História da Língua Portuguesa: Idade Média», do Mestrado em Linguística Portuguesa³, porá em relevo, para cada fenómeno, as primeiras manifestações das inovações, assim como o lapso de tempo correspondente à difusão das mesmas, a qual leva à coexistência com as tradições linguísticas mais antigas que acabam por desaparecer da língua escrita. Uma cronologia assim estabelecida, que tenha em conta as três dimensões em que actua a mudança linguística – o tempo, o espaço e a configuração diastrática das línguas – revelar-se-á um importante “instrumento” (linguístico) de referência

que, além de facultar a definição de «estágios históricos intermediários» (Mattos e Silva, 1989, 37) na fase arcaica da língua, permitirá localizar no tempo a língua de textos medievais não-datados e estabelecer relações de derivação e conexão entre os manuscritos do mesmo texto ou, ainda, determinar a antiguidade relativa de fragmentos vários correspondentes à mesma ou a distintas versões do mesmo texto medieval.

É óbvio que a intervenção da paleografia, da diplomática, da codicologia e da scriptologia, cada uma com as suas metodologias próprias, pode contribuir de forma valiosa para o esclarecimento destas e outras questões. Embora consciente dessa contribuição e das vantagens decorrentes da conjugação da análise linguística dos textos contidos nos manuscritos medievais com a análise paleográfica e com o estudo dos hábitos gráficos dos copistas, desejamos, neste momento, centrar-nos na ajuda que pode ser dada por uma cronologia do tipo da que acima foi delineada.

Depois de algumas considerações sobre a divulgação da obra legislativa de Afonso X em Portugal, nomeadamente das *Partidas*, debruçar-nos-emos sobre alguns fragmentos em língua portuguesa recentemente descobertos no Arquivo da Universidade de Coimbra, a fim de analisarmos a situação desses textos relativamente aos "indicadores" linguísticos apontados.

Embora se suponha ter existido o conjunto das *Sete Partidas* traduzidas para português, desse importante monumento legislativo conhecem-se apenas dois códices completos – o correspondente à *Primeira* e à *Terceira Partidas* – que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e um grande número de fragmentos que constituem um sinal manifesto da enorme divulgação desse texto jurídico em Portugal (Ferreira, 1993, 511). O levantamento desses fragmentos, correspondentes à *Primeira*, *Segunda*, *Terceira* e *Sétima Partidas*, com a sua identificação e localização, foi feito, em vários artigos, pelo saudoso Colega José de Azevedo Ferreira que, intensa e qualificadamente, estudou as versões portuguesas da obra jurídica afonsina.

A existência de um significativo número de fragmentos em português dessa obra legislativa do Rei Sábio e particularmente da *Terceira Partida* levaram o referido Professor «a admitir a probabilidade de se terem realizado diversas versões» (Ferreira, 1986, 10), eventualmente em diferentes momentos da fase histórica tradicionalmente designada por português arcaico.

Se a tradução portuguesa das *Siete Partidas* (como, aliás, do *Fuero Real*) oferece um enorme interesse para a história do direito hispânico, do direito em Portugal e da cultura portuguesa, para os historiadores da língua a *Terceira Partida* reveste-se de uma importância muito particular, pelo facto de se tratar de um texto datado de 1341. Além dessa data, o *explicit* refere também o nome de Vasco Lourenço, muito provavelmente o Autor da cópia e não da tradução, que deve ser anterior. Desse modo, a *Terceira Partida* constitui um importante e seguro ponto de referência para a datação dos fragmentos conhecidos da mesma *Partida* e para o esclarecimento da questão de saber se se trata de fragmentos da mesma versão ou de versões diferentes (Ferreira, 1994, 188). cremos mesmo, que, para esses aspectos, seria altamente produtiva uma análise baseada nos "indicadores" linguísticos acima

referidos, a qual permitiria situar no tempo a língua de cada um dos fragmentos relativamente ao estado linguístico manifestado pelo texto completo datado.

Reveladora seria também a comparação, estabelecida a partir dos parâmetros essenciais atrás referidos, de todos os textos das *Partidas* conhecidos, tanto os textos completos da *Primeira* e *Terceira*, como todos os fragmentos identificados.

Neste momento, desejamos centrar-nos na análise dos fragmentos recentemente descobertos, no Arquivo da Universidade de Coimbra, por Aida Dias que os descreveu e transcreveu no volume XX da «Revista Portuguesa de Filologia». Os pergaminhos, que contêm fragmentos da *Segunda* e *Sétima Partidas*, tinham servido de capa ao *Tombo das propriedades sujeitas aos aniversarios da igreja de São João da Vila de Montemor*, o qual pertencia ao Colégio do Espírito Santo de Évora, da Companhia de Jesus, e que, após a expulsão dos jesuítas, passou a fazer parte dos fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra (Dias, 1996, 5).

A abordagem que desses fragmentos faremos visa apenas, através do recurso aos fenómenos de carácter fonético e morfológico, que se desenvolveram e fixaram durante a fase arcaica da língua e que neles estão documentados, conhecer o estado da língua por esses textos manifestado⁴.

No que se refere aos hiatos formados em consequência da síncope de algumas consoantes intervocálicas, o texto oferece uma grande regularidade na conservação dessas sequências vocálicas. Naqueles casos em que o hiato se formou em virtude da síncope de -N-, conserva-se muito frequentemente a nasalidade da vogal precedente, mas há alguns escassos exemplos com perda da nasalidade (cf. *teer*, 23, 21; *viir*, 31, 32). Nas palavras que representam étimos latinos terminados em -MINEM, por ex. HOMĪNEM, ao lado de formas com hiato conservado (cf. *omões*, 20, 8; *homões*, 20, 14), estão registados frequentes exemplos com crase: *homē* (18,5; 18,23; 18,32; 19,29; 20,24; 21,31; 27,12; 28,2), *homēs* (17, 29; 22, 31; 28, 18). Exceptuando estes casos, só excepcionalmente está documentada a fusão de vogais idênticas inicialmente pertencentes a sílabas distintas: *mesmo* (32, 24). Paralelamente, há um número significativo de exemplos com falso hiato, não etimológico, o que parece revelar a inexistência de perfeito controlo fonético por parte do copista do texto: *remiio* (19, 16; 19, 18, etc.), *remiilo* (19, 20), *periigoosas* (19, 34), *tiinhã* (28, 8; 31, 29), *pēea* (30, 21); *taaes* (30, 33), *sinaados* (27, 19), *sinaadas* (31,14), *sinaadamēte* (31, 9), *leaaes* (32, 4), *obedeeçentes* (28, 6), *loucãaos* (27, 4), *mãao* (23, 20), *meyãao* (19, 9), *vilaaos* (31, 19). Saliente-se que estes casos de grafia dupla, não etimológica, que surgem tanto em sílaba acentuada como em sílaba átona, são muito pouco comuns nestes fragmentos, quando comparados com as numerosas ocorrências de grafias duplas de base etimológica, resultantes do apagamento de consoante intervocálica. É, pois, notório na língua dos fragmentos em apreço o manifesto predomínio de formas em que a crase das duas vogais idênticas não está representada.

Naqueles casos em que a síncope de consoante intervocálica pôs em contacto vogais distintas, não há na grafia qualquer indício da actuação da assimilação e da crase, surgindo formas de feição conservadora do tipo *caëtura* (29, 3), *caëturas* (29, 1), *acaecerō* (29, 18), *mãeflesta* (31, 5).

O hiato constituído por vogal nasal anterior fechada seguida de -o ou -a e formado em virtude da síncope de -N- em étimos terminados em -INU- ou -INA- aparece sempre resolvido pelo desenvolvimento da nasal palatal /ñ/, graficamente representada, de forma invariável, por <nh>: *Agostinho* (18, 21), *Agustinho* (17, 29; 20, 19), *caminho* (22, 24) e *vezinho* (17, 32). Não se regista, no texto sob análise, nenhuma forma em que se use a grafia considerada mais antiga, -ïo e -ïa ou outras grafias possíveis no período medieval, tais como -ïho e -ïha.

Não foi ainda estabelecida uma cronologia das diferentes grafias correspondentes aos tratamentos fonéticos de -INU-, -INA- em todo o domínio galego-português. No entanto, a análise de um *corpus* de documentação notarial correspondente à Galiza e ao Noroeste português e cronologicamente localizada entre o século XIII e o século XVI parece permitir concluir que o desenvolvimento de nasal palatal entre as duas vogais em hiato motivado pela síncope de -N- se consumou na Galiza mais cedo do que em Portugal. Efectivamente, desde meados do século XIII, estão registadas, em documentos galegos, grafias que espelham inequivocamente a presença de nasal palatal desenvolvida para desfazer o hiato, ao passo que, na região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, só a partir de princípios do século XIV surgem formas análogas, coexistindo até meados desse século com as grafias mais antigas -ïo, -ïa (Maia, 1986, 600-601).

Embora não disponhamos dessa visão de conjunto, consideramos significativo, por um lado, que no texto em apreço não estejam documentadas formas hiáticas e, por outro, que a nasal palatal desenvolvida apareça sempre representada pelo grafema composto <nh> importado da Provença, cujo aparecimento se inicia na documentação da Chancelaria Real a partir de 1265 (Cintra, 1963b, 191 e segs.).

Na grafia do texto mantêm-se ainda diferenciadas as terminações nasais -ão; -an, -am, -ã e -on, -om, -õ. As formas nominais conservam as primitivas terminações nasais distintas: *mão* (22,20) ou com geminação não etimológica (cf. *meyãao*, 19,9; *mãao*, 23, 20, etc.), *cam* (22, 13) e *razõ* (17, 31), *coraçom* (18, 24; 20, 20), *trayçõ* (23, 31; 24, 7), etc. As formas verbais da terceira pessoa do plural do presente do indicativo, do presente do conjuntivo, do imperfeito do indicativo oferecem regularmente a terminação -ã (-am ou -an), historicamente representante da terminação latina -ANT. A mesma terminação é oferecida pelas formas verbais da 3ª pessoa do plural do futuro do indicativo. Exs.: *amã* (18, 7; 19, 30; 19, 32), *herdam* (18, 8), *avyã* (22, 10), *sejã* (28, 6), *serã* (32, 11), etc. Esporadicamente encontra-se uma forma do presente do indicativo terminada em -õ (*jurõ*, 30, 6).

A terminação latina átona -ŪNT de formas verbais da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito e a terminação tónica - ŪNT do presente do indicativo do verbo *ser* (arc. *seer*) estão sempre representadas por -õ, -on e -om, verificando-se, portanto, uma total conservação da terminação etimológica: a) *naçerõ* (18, 8), *fezerom* (19, 4), *disserõ* (19, 20), *virõ* (19, 28), *oyrõ* (19, 28), *diserom* (20, 12), *fezeron* (26, 2; 28, 5; 29, 25), *teveron* (26, 10; 27, 23; 29, 19), *mãdarõ* (27,5), *estabelecerõ* (27, 15), *estabeleçerõ* (27, 9), *ordinharõ* (29, 21), etc.; b) *son* (27, 11; 28, 17; 31, 14; 31, 18), *ssom* (20, 22), *som* (31, 15), etc.

Se procedermos a uma comparação dos fragmentos sob análise com a *Primeira Partida*, que Azevedo Ferreira situa na segunda metade do século XIV, embora não ponha de parte a hipótese de o texto poder ser contemporâneo da *Terceira Partida* (1341) (Ferreira, 1980, XLIX), ressalta claramente a feição mais antiga da língua dos textos que temos vindo a examinar. Ao passo que nestes, todas as formas nominais e verbais (neste último caso, com excepção apenas da forma *jurō*, do presente do indicativo) conservam as primitivas terminações etimológicas, no texto da *Primeira Partida* ocorrem alguns exemplos claros da mudança que conduziu à convergência no ditongo *-ão* das outras terminações nasais *-ã* e *-õ*. Assim, nos substantivos que historicamente representam étimos latinos terminados em *-ONE* estão registadas duas formas terminadas em *-ã* e *-am* (cf. *ajunçã* e *sosspêssam*) e algumas com variação gráfica, possivelmente como reflexo da variação fónica, entre *-õ*, *-on*, *-om* e *-ã*, *-am* (cf. *devoçõ* a par de *deuoçã*; *paixon* e *payxõ* a par de *payxã* e *galardom* a par de *galardam* (Ferreira, 1980, XLV). Paralelamente, nas formas verbais registam-se onze exemplos de formas da terceira pessoa do plural do futuro do indicativo terminadas em *-õ* e uma forma do imperfeito do indicativo com essa mesma terminação (cf. *acusauõ*). Igualmente significativas são as formas verbais com a terminação *-ã* átona em vez de *-õ*, no pretérito perfeito, assim como a forma *sam* 'sou' com *-ã* tónica em vez de *-õ* (Ferreira, 1980, XLIV, XLVII).

A situação que se depreende da análise das grafias do texto da *Primeira Partida* é cronologicamente mais avançada do que a dos fragmentos que, neste momento, analisamos: como acima evidenciámos, eles revelam, de maneira quase perfeita, a conservação da primitiva situação. Se tivermos em conta os limites cronológicos conhecidos da mudança que levou à convergência em *-ão* das outras duas terminações da fase mais antiga da língua⁵, parece poder concluir-se que os fragmentos em observação representam um estado linguístico próprio da primeira metade de Trezentos.

No que se refere às formas de plural de substantivos e adjectivos terminados no singular em *-l*, mantêm-se ainda as sequências vocálicas que se constituíram em virtude da síncope de *-l-*, conservando-se, portanto, a situação mais antiga: *celestriaes* (18, 25), *sperituaes* (20, 16), *naturaes* (28, 17; 30, 18), *leaaes* (32, 4)⁶ e *cabedees* (21, 2-3; 28, 7), *novees* (27, 20).

Se exceptuarmos a forma *tais* (27, 1), que, na transcrição do texto, é o resultado do desdobramento da abreviatura *tas*, as formas de plural dos pronomes *tal* e *qual* oferecem a mesma configuração que as formas do plural de substantivos e adjectivos: *taaes* (30, 33), *quaes* (19, 22; 30, 1; 31, 12).

Se não considerarmos a grafia *tais* pelo facto de ela não representar uma leitura totalmente segura e incontroversa, todas as restantes formas apresentam a terminação gráfica hiática. Saliente-se, ainda, por um lado, que todas as formas registadas pertencem ao mesmo tipo, ou seja, àquele grupo que abrange as formas cujo *-l* do lexema é precedido de *a* e *e*⁷ e, por outro, que todas elas se caracterizam pela conservação do hiato em virtude da não transformação da vogal temática em semivogal.

A situação reflectida pelo texto é, sob o ponto de vista que temos vindo a considerar, idêntica à que é testemunhada pela mais antiga versão dos *Diálogos de São Gregório* que Rosa Virgínia Mattos e Silva considera um representante «do português arcaico anterior ao último quarto do século XIV» (Mattos e Silva, 1989, 58).

Quanto ao morfema número-pessoal *-des / -de*, todas as formas atestadas revelam a conservação de *-d-*: *servide* (20, 33); *alegradevos* (20, 33); *temed' -Oo* (20, 34), *temades* (21, 12), *temede* (21, 14).

Sugestiva é a comparação com o texto da *Primeyra Partida*, onde estão registadas 37 ocorrências de formas com *-des / -de* e apenas uma forma, aliás duvidosa, *ouuyres*, com síncope da consoante e com crase (Ferreira, 1980, XXXVIII-XXXIX).

Importa ainda registar, no domínio dos fenómenos de carácter morfológico, que todas as formas participiais dos verbos da 2ª conjugação se caracterizam pela vogal temática *u* + morfema modo-temporal *-udo*: *teudo* (19, 17; 20, 6); *tehu-do* (20, 10), *teudos* (21, 18), *prometudo* (23, 2), *conhoçuda* (23, 31), *sabudo* (24, 22), *prometudas* (25, 3), *conhoçudos* (30, 20; 32, 11), *reçebudo* (30, 30), *movudos* (32, 5).

Confrontando o estado linguístico reflectido nos fragmentos em análise com a *Primeira Partida*, deve salientar-se que este texto revela, a par de numerosas dezenas de formas participiais em *-udo*, uma única forma em *-ido* (cf. *escaydo*).

Os textos afonsinos em foco manifestam ainda com vitalidade o sistema arcaico de pronomes possessivos do feminino com duas séries, uma de formas átonas e outra de formas tónicas, usando-se as primeiras em função adjectiva e sempre antepostas ao substantivo: nesta posição, surgem habitualmente as chamadas formas átonas. Exs. *ta alma* (18, 3; 18, 15), *a sa alma* (18, 5-6; 18, 25), *ssa morte* (18, 9), *sa vida* (18, 11; 18, 23), *ssa saude* (18, 11), *a ssa cara* (18, 25-26), *a ssa merçee* (19, 7), *en ssa sanha* (20, 26), *per sa mão* (22, 20), *en ssa poridade* (23, 10-11), *en ssa pousada* (29, 31), *a ssa ira* (20, 7), etc. No entanto, em concordância com o que já fora afirmado por José Joaquim Nunes (1956, 241-242), segundo o qual a distribuição das formas tónicas e átonas do pronome possessivo dentro do sintagma nem sempre se praticou de forma totalmente clara durante o período arcaico, a língua dos fragmentos analisados oferece variação nas formas do feminino: *sa ~ sua*. Ao lado dos exemplos acima registados, está também documentado o emprego da forma *ssua* a preceder o nome: «*a ssua piadade*» (19, 5-6), «*pola ssua probeza*» (19, 14). Saliente-se, ainda, o facto de os possessivos em posição pré-nominal, isto é, quando funcionam como adjectivos, poderem ser acompanhados de artigo definido. Esse emprego verifica-se quer com as formas plenas (vejam-se os exemplos acabados de citar), quer com as formas que abandonaram a tonicidade: «*soubessem que nũca lhis faleçeria a saa merçee*» (19, 7), «*sen a ssa ira que lhis daria*» (20, 7), etc. Um testemunho bem expressivo da situação de variação que, quanto ao uso do artigo definido, caracterizava a língua dos fragmentos que, neste momento, analisamos, como, aliás, a língua do período medieval em geral, é a seguinte frase deste texto afonsino: «*Mais ho homẽ [Deus] fezeo dereito e aderçoulhi sa cara cõtra o ceo pera darlhy a entẽder que sseu coraçom e a ssa alma deve seer aderçadada às cousas celestriaes a que a ssa cara está ad[erç]lada onde lhi vem o entẽdimẽto e a rrazõ que á [sobre] totalas*

criaturas do mudo» (18, 23-27). A mesma situação de variação é manifestada igualmente pelas formas do masculino: «s^seu coraçom» (na frase acima citada), «todos seus corações» (20, 32) «e acabarey seu rogo» (20, 1), a par de «a coroa do s^seu reyno» (19, 31).

Para concluir, podemos dizer que a análise da situação dos “indicadores” seleccionados nos fragmentos recentemente descobertos no Arquivo da Universidade de Coimbra e o confronto com a do texto da *Primeira Partida*⁸ parecem permitir propor que estamos possivelmente em presença de testemunhos do português arcaico da primeira metade do século XIV. Se a maior parte das particularidades linguísticas revela uma certa antiguidade, outras – nomeadamente alguns exemplos de crase e as frequentes formas com vogais duplas não etimológicas – parecem apontar para o século XIV, sendo muito provável que possa situar-se não longe da data (da cópia?) do manuscrito da *Terceira Partida* (1341).

NOTAS

- ¹ Sobre esses conceitos, veja-se Kurt Baldinger e José Luis Rivaola, 1971, 47.
- ² A apresentação desses fenómenos como parâmetros essenciais da fase histórica do português conhecida por português arcaico e a sua caracterização foi já anteriormente feita em Maia, 1995, 23-26.
- ³ O primeiro trabalho realizado dentro dessa perspectiva foi a tese de Mestrado da autoria de Maria José Simões Pereira de Carvalho, *Do português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*, discutida em provas públicas em 10 de Outubro de 1996. Nele se estudam os seguintes fenómenos que, independentemente do facto de corresponderem a diferentes tipos de mudança linguística, têm sido considerados por vários estudiosos que se ocuparam da periodização na história da língua portuguesa indicadores da situação do português arcaico em contraste com o português moderno: a síncope de *-d-* no sufixo número-pessoal das formas verbais da segunda pessoa do plural; a substituição de participios passados em *-udo* por formas participais em *-ido*; a extinção das formas átonas dos pronomes possessivos femininos e a actuação da ditongação e da crase nas formas de plural de substantivos e adjectivos de lexema em *-l*. Este trabalho – no que às particularidades linguísticas analisadas diz respeito – e outros que estão em curso sobre vários fenómenos de mudança idiomática realizados no decorrer dessa fase da história da língua portuguesa fornecerão, no futuro, importantes coordenadas de carácter cronológico que permitirão situar no tempo textos medievais não-datados.
- ⁴ Não fizemos referência aos fenómenos não documentados nos fragmentos que temos vindo a observar: neles se incluem os indicadores de carácter morfológico assinalados com os números 2 e 3. Não considerámos, igualmente, o fenómeno de simplificação do sistema de sibilantes, por um lado, pelo facto de, no texto, apenas a forma *emprasar* (24, 28) revelar a substituição do grafema <z> por <s> (no manuscrito [alto) e, por outro, pelo facto de não se dispor ainda de suficientes elementos cronológicos sobre a distinta situação do fenómeno nas diversas variedades diatópicas e diastráticas do diassistema da língua portuguesa nessa fase da sua trajectória histórica.
- ⁵ Sobre os elementos que é possível reunir e organizar relativamente aos limites cronológicos do fenómeno, veja-se Maia, 1986, 584-593; 602-605; 609-610 e 738-742; Lorenzo, 1988, 321-324; Mattos e Silva, 1991, 73-76 e Maia, 1994, 54-58.
- ⁶ Sobre a geminação vocálica não etimológica, recorde-se o que foi dito acima.
- ⁷ Ao mesmo tipo pertencem as formas cujo lexema termina em *-l* precedido de *o* ou *u*; no entanto, não estão documentadas nos fragmentos em análise formas com essa configuração. Paralelamente, também não há abonações de formas de plural dos outros dois tipos que se caracterizam respectivamente pelo facto de *-l* do lexema ser precedido de *i* acentuado ou de *i* não-acentuado.

⁸ Mais interessante ainda seria o confronto com a situação dos referidos indicadores linguísticos no texto da *Terceira Partida*, uma vez que, neste caso, se trata de um texto datado e pertencente ao mesmo género ou tipo textual. A edição do texto completo da *Terceira Partida* estava, desde há anos, a ser preparada por José de Azevedo Ferreira, que havia igualmente planeado a elaboração do estudo linguístico do texto e do glossário, mas o projecto não chegou a concretizar-se. A ele se referiu o estudioso da obra legislativa de Afonso X em comunicação apresentada ao «XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas», realizado em Santiago de Compostela (Ferreira, 1994, 187-204). Embora tenhamos conhecimento de que a *Terceira Partida*, juntamente com a *Primeira*, foi objecto de uma dissertação de doutoramento, não tivemos acesso a essa obra da autoria de Alexander F. Caskey: *An Edition, Study and Glossary of the Old Portuguese Translations of Partidas I and III of the Alfonsine Siete Partidas*. Ph. D., University of Wisconsin, 1979. Segundo informação de Azevedo Ferreira, embora a transcrição dos textos seja, em geral fiel ao original, oferece «alguns lapsos e leituras incorrectas» (Ferreira, 1994, 188 e 199).

BIBLIOGRAFIA

- BALDINGER, Kurt e José Luis RIVAROLA (1971), "Lingüística tradicional y fonología diacrónica". *Anuario de Letras*, vol. IX, p. 5-49.
- CARVALHO, Maria José Simões Pereira de (1996), *Do português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*. Dissertação de Mestrado (inérita), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1963a), "Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie". *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*. Colloque international organisé par le Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg du 30 janvier au 4 février 1961. Actes publiés avec le concours de la Société de Linguistique romane par Georges Straka. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1963, p. 169-187.
- (1963b), "Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle". *Les anciens textes romans non littéraires. Leur apport à la connaissance de la langue au moyen âge*, acima citado, 1963, p. 188-206.
- COSERIU, E. (1978), *Sincronia, diacronia e historia. El problema del cambio lingüístico*. 3ª ed., Madrid, Editorial Gredos.
- CUNHA, Celso (1985), *Significância e movência na poesia trovadoresca. Questões de crítica textual*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- DIAS, Aida (1994), "As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa". Sep. de *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX.
- FERREIRA, José de Azevedo (1980), *Alphonse X. Primeyra Partida. Édition et étude*. Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- (1986), "A obra legislativa de Afonso X em Portugal". *Diacritica*, vol. 1, p. 5-21.
- (1993), "Partidas" (de Alfonso X). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa, Editorial Caminho, p. 511-512.
- (1994), "Terceira Partida de Afonso X: subsídios para a sua edição e estudo linguístico". *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*. Universidade de Santiago de Compostela, 1989. Publicadas por Ramón Lorenzo. A Coruña, Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa", vol. VII, p. 187-204.
- LORENZO, Ramón (1988), "Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo -ão en portugués". *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*. Editada por Dieter Kremer. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), p. 289-326.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986), *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- (1994), "O Tratado de Tordesilhas. Algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV". Sep. de *Biblos*, vol. LXX, p. 33-91.

- (1995), "Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno". *Diacrítica*, vol. 10, p. 1-30.
- MALKIEL, Yakov (1992), "Los ocho errores graves de que fuimos culpables en el pasado". *Actas del II Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, vol. I, Madrid, Pabellón de España, s.a., p. 209-220.
- MARIÑO PAZ, R. (1994), "Historia da lingua, lingüística histórica e dialectoloxía. Notas para a investigación e a docencia destas materias". *Cadernos de lingua*, Real Academia Galega, nº 9, 1º semestre de 1994, p. 5-25.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989), *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português arcaico*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- (1991), *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo, Editora Contexto.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco (1994), "Aportes de la sociolingüística a la enseñanza de lenguas". *Revista de Estudios de Adquisición de la Lengua Española (REALE)*, número 1, p. 107-135.
- NUNES, José Joaquim (1956), *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- WEINREICH, Uriel, William LABOV e M. HERZOG (1968; 3ª reimpressão, 1975), "Empirical Foundations for a Theory of Language Change". W. LEHMANN e Y. MALKIEL (eds.), *Directions for Historical Linguistics*. Austin, University of Texas Press.